

ENTREVISTA COM HELENA HIRATA*

Bárbara Castro**
Mariana Roncato***

A recente passagem de Helena Hirata pelo Brasil foi marcada por sua participação em dois eventos sediados na Unicamp: o Colóquio Marx Engels e a ABET¹. Nestes dois momentos, no espaço de debates, apareceu uma certa disputa em torno das categorias de interseccionalidade e consubstancialidade, como uma reação às falas da pesquisadora. Quando demos início à organização do dossiê “Os trabalhos das mulheres” pensamos que ele poderia ser uma boa oportunidade para registrar esse esforço de reflexão, bem como retomar os caminhos teóricos que permitiram a sua realização.

* Helena Hirata é socióloga, diretora de pesquisa emérita no *Centre National de la Recherche Scientifique* da França e professora visitante internacional do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Tem pesquisado sobre gênero e globalização; divisão sexual do trabalho; desemprego, instituições e atores, numa perspectiva de comparação internacional. Publicou em co-coordenação com três colegas francesas, *Dicionário crítico do feminismo* (Edunesp, 2009) em português, francês, japonês, espanhol, búlgaro, turco e persa e em junho de 2016, pela *Boitempo*, com Alice Rangel de Paiva Abreu e Maria Rosa Lombardi, gênero e trabalho no Brasil e na França. *Perspectivas interseccionais*.

* Professora do Departamento de Sociologia da Unicamp.

** Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp.

¹ VIII Colóquio Internacional Marx Engels realizado de 14 a 17 julho de 2015 pelo Cemarx (Centro de Estudos Marxistas), e XIV Encontro Nacional da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho) realizado de 15 a 18 de setembro de 2015.

Nesta entrevista nós buscamos revisitar a história da construção do campo de trabalho e gênero e a inserção da pesquisadora nele, explorando sua atualidade. Helena Hirata tem se dedicado a olhar para as transformações da divisão sexual do trabalho tanto no tempo quanto no espaço. A perspectiva comparativa entre Brasil, França e Japão permitiu à pesquisadora avaliar o estado das artes da produção acadêmica recente, bem como pensar os novos desafios colocados para a agenda de pesquisa contemporânea. Entre as mudanças conjunturais, um problema permanece latente ao campo. Para Helena Hirata, “se você está presente e você insiste na questão do gênero, ela aparece. Mas se as pessoas que estão preocupadas com a questão do trabalho e gênero não estão presentes, (...) volta de novo à sociologia do trabalho cega à questão do gênero”. Insistamos, pois, em ocupar este espaço. E que sejamos capazes de assumir o desafio de insistir também na categoria raça. É nesse sentido que o debate de interseccionalidade ou consubstancialidade, como dirá Hirata, ganha uma dimensão política: a de aprofundarmos a dimensão das opressões e explorações.

Mariana Roncato: *Para iniciar, gostaríamos de saber como você enxerga o estado das artes da sociologia do trabalho e gênero hoje, especialmente no caso brasileiro.*

Hirata Hirata: Hoje já tem uma certa história, já tem uma certa tradição. Não é uma coisa que começou agora. Acho que pode se dizer que começou nos anos de 1970. Já há uns 40 anos o gênero é uma categoria que foi introduzida dentro da sociologia do trabalho. Só que ela aparece e desaparece. Se você está presente e você insiste na questão do gênero, ela aparece. Mas se as pessoas que estão preocupadas com a questão do trabalho e gênero não estão presentes, os outros fazem como se esta questão não existisse e volta de novo a sociologia do trabalho cega à questão do gênero. Então eu acho que é muito flutuante e não dá para dizer que o

gênero já se estabilizou como categoria dentro dos estudos do trabalho. Eu acho que mesmo dentro das questões de gênero, da problemática de gênero, houve uma evolução. Houve uma época em que gênero e trabalho eram bem associados, eram trabalhados conjuntamente: os anos de 1970, 1980 e 1990. Mas hoje em dia acho que há um desenvolvimento de pesquisas sobre gênero que não contemplam o trabalho. A questão do trabalho está menos presente hoje nos debates, nas publicações, nas pesquisas que se fazem, por exemplo, na França. Na França hoje em dia há um desenvolvimento muito grande de pesquisas na área de, por exemplo, gênero e sexualidade, ou gênero e a arte, gênero e artistas, artes plásticas, música, dança etc. Toda uma série de questões que não contemplam diretamente o trabalho, enquanto que no primórdio das pesquisas sobre o gênero e o trabalho com a Danièle Kergoat, nos anos 1970, começo dos anos 1980, a Danièle dizia que o trabalho era realmente o *ttt*, aquilo que estava em jogo nas relações sociais de sexo entre homens e mulheres, por isso o trabalho era fundamental. Esta questão da centralidade do trabalho foi realmente a tônica das pesquisas sobre o trabalho e gênero nos anos de 1970 a 1990. Mas hoje em dia acho que não dá pra dizer a mesma coisa. Não se pode dizer hoje que o trabalho tem uma grande centralidade nas pesquisas sobre gênero. Hoje em dia a consubstancialidade ou a interseccionalidade são uma ótica para apreender a questão do gênero. De uma certa forma, essas categorias dão uma nova atualidade para esta questão da centralidade do trabalho porque a consubstancialidade é uma interdependência das relações sociais e das relações de poder entre classes sociais, relações étnico-raciais, relações de homens e mulheres, relações de gênero. Pelo menos estas três dimensões, classe, gênero e raça, são as três dimensões que acabam configurando alguma coisa que, sobretudo via classes sociais, faz a questão do trabalho reaparecer. Qual é a relação com o trabalho destas diferentes classes, destes diferentes gêneros, destas diferentes raças? O trabalho é visto diferentemente, vivido diferentemente pelos negros e negras, ou brancos, ou pelas diferentes classes, por homens e mulheres etc. Então o trabalho volta de novo a ser uma categoria relativamente central. Mas,

pode-se dizer que hoje em dia há muitas pesquisas que não se interessam pela questão do trabalho. Foi isso o que mudou. Porque no começo do desenvolvimento das pesquisas sobre gênero, na França pelo menos, o trabalho tinha uma centralidade muito maior do que hoje. No caso do Brasil acho que é um pouco diferente. As dinâmicas são diferentes, as preocupações são diferentes. Vimos isso no VIII Colóquio Marx Engels. Havia um grupo onde várias pessoas faziam pesquisas sobre a população LGBT² e as questões de sexualidade, homofobia ou heteronormatividade, sem abordar o tema do trabalho. São pessoas que estão preocupadas com uma perspectiva de gênero, mas que não estão diretamente interessadas na questão de trabalho e gênero. Então realmente houve uma mudança. Há um artigo importante de Angela Araújo em um número do *Cadernos Pagu*³, já bastante antigo, em que ela faz uma espécie de estado da arte das pesquisas sobre trabalho e gênero no Brasil. Se fizermos o mesmo tipo de levantamento hoje, não sei se há tantos trabalhos assim sobre a questão de gênero e trabalho, quer dizer, as muitas pesquisas sobre gênero não são diretamente sobre trabalho. Por exemplo, Maira Abreu,⁴ que é doutoranda da Angela e que tem um trabalho de pesquisa muito importante sobre o feminismo francês, não dá pra situar a pesquisa dela na área de trabalho e gênero, embora algumas pesquisadoras dentro do que ela considera como feminismo francês como a Danièle Kergoat tenham pesquisas sobre trabalho e gênero. Mas a maioria das feministas francesas que ela tem estudado, como Christine

² Helena Hirata se refere ao GT “Gênero, raça e sexualidade no capitalismo contemporâneo”, realizado no VIII Colóquio Marx e Engels e no qual ela esteve presente acompanhando a apresentação dos trabalhos e contribuindo para os debates.

³ Trata-se da apresentação escrita por Angela Araújo no dossiê “Gênero no trabalho”, número 17-18 do *Cadernos Pagu*, de 2002.

⁴ Maira Luisa Gonçalves de Abreu, aluna do doutorado em Ciências Sociais na Unicamp em co-tutela com a Université Paris 8, desenvolve a pesquisa intitulada “Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)”

Delphy, não dão centralidade ao trabalho. E o caso também de Monique Wittig, Nicole Claude-Mathieu e Colette Guillaumin. São outras questões que estão dentro do seu campo de pesquisa: o racismo, o sexismo, o sexo e o gênero. São outras questões que estão fundamentando os seus interesses teóricos ou as suas categorias analíticas.

Bárbara Castro: *Muitas vezes os estados das artes realizados sobre trabalho e gênero no Brasil se referem a dois textos fundadores, o “A mulher na sociedade de classe: mito e realidade”, de Heleieth Saffioti e, “Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista”, da Eva Blay. Elas, de certa maneira, são suas contemporâneas da USP, com uma pequena diferença de tempo. Gostaríamos de saber se você acompanhou a formação desse campo de pesquisa, desses primeiros trabalhos.*

HH: Eu sempre situo o início da introdução do gênero na sociologia do trabalho no Brasil ao pioneirismo das duas, a Eva Blay e a Saffioti. Agora, eu realmente não faço parte dessa tradição. Primeiro porque elas são realmente de uma outra geração de pensamento. Não só pela idade, mas pelo tipo de percurso que elas tiveram: acadêmico, institucional, de pesquisa etc. As duas são sociólogas e eu fiz filosofia. Então não tenho o mesmo tipo de itinerário e trajetória. Eu me situo muito mais na linhagem da Beth (Elisabeth) Lobo, porque a Beth Lobo era mais ou menos da minha geração. Era um pouco mais velha, mas introduziu essa perspectiva de gênero e trabalho, fez várias pesquisas sobre os operários industriais, uma pesquisa conjuntamente com outras pesquisadoras e pesquisador sobre as operárias industriais em São Bernardo e sobre o congresso das mulheres metalúrgicas de 1978⁵. Então a Beth Lobo, para mim, é a pessoa que eu considero mais próxima. Os primeiros trabalhos da Beth sobre, por exemplo,

⁵ I Congresso das Mulheres Metalúrgicas de S. B. do Campo e Diadema realizado em 1978.

mulheres na linha de montagem, é de 1980/1981, enquanto que as teses da Heleieth e da Eva são dos anos de 1960 e início dos 1970 – e as publicações são do fim dos anos de 1970. Então há pelo menos 10 anos de distância entre as publicações de Saffioti e Blay e as publicações de Lobo. Há também uma tradição teórica francesa, da Danièle Kergoat, por exemplo, que a Elisabeth Lobo recupera nas pesquisas que ela faz sobre o Brasil e que a Heleieth ou a Eva não utilizaram. Elas não tiveram este tipo de herança teórica porque não tinham com ela nenhum contato direto. E elas não tinham a mesma referência teórica da Beth Lobo. Embora, por exemplo, todo o tipo de discussão que tivemos naquele congresso⁶ sobre a ideia de nó da Heleieth seja bastante próxima da ideia de consubstancialidade das relações sociais da Danièle Kergoat. É esta ideia de que todas as relações sociais são indissociáveis, são interdependentes, que não podemos considerar que uma é mais importante que a outra, que uma antecede a outra. Esta é uma ideia que se opõe ao que tradicionalmente defendiam os marxistas, que a opressão da mulher viria em segundo lugar e que em primeiro lugar viria a luta de classes. E que com o fim da exploração de classes poderia se lutar contra a opressão das mulheres. Então o nó, por exemplo, que acho muito próximo da ideia de consubstancialidade, é uma ideia paralela. Não foi uma influência recíproca. Não é que Danièle tenha sido influenciada por Heleieth ou que Heleieth tenha sido influenciada por Danièle. Mas se assistiu ao desenvolvimento de um pensamento mais ou menos comum. Houve uma época, evidentemente, em que as duas se encontraram e se conheceram. Quer dizer, a Heleieth conheceu e leu os trabalhos da Danièle, mas em um momento posterior, provavelmente na década de 1990. E a Eva ainda faz parte de um outro tipo de percurso teórico, político, institucional. Ela se interessa pelo estudo do trabalho profissional da mulher. Sua pesquisa era próxima do que conhecemos na França,

⁶ Refere-se ao debate realizado na ABET, na Mesa Redonda 10 “Novos campos de estudo do trabalho e os desafios das relações sociais de classe, gênero e raça”, coordenada por Carmen Lucia Rodrigues Arruda, com as exposições de Liliana Segnini, Helena Hirata, Nadya Araujo Guimarães e Bila Sorj.

por exemplo, dos trabalhos da Guilbert, que também se interessava pelo trabalho das mulheres na indústria. O livro dela é de 1966, ela é bem contemporânea das duas brasileiras. Mas “O trabalho das mulheres na indústria” da Madeline Guilbert foi publicado pela Mouton⁷ em The Hague (Haia), na Holanda em 1966, e ela também trabalha com a questão das mulheres na indústria francesa, mas não analisa seu material de campo em termos de relações de gênero e acho que Eva também não. O livro dela não é sobre as relações de gênero, é sobre a mulher. E isso esta bem na linhagem tanto da Madeleine Guilbert quanto da Evelyne Sullerot que é uma outra pesquisadora francesa que também escreveu sobre mulheres e trabalho, mulheres no trabalho profissional etc. A Eva Blay sempre reivindica um certo pioneirismo sobre o tema trabalho e mulheres, e sua referência principal é Marie-José Chombart de Lauwe, uma pesquisadora sobre mulher e trabalho na França dos anos 1950. Então creio que as filiações são bem diferentes.

BC: *Eu ia perguntar justamente isso, sobre esses desdobramentos. Tenho curiosidade em saber como você olha para hoje. Porque a partir dos anos de 1980 me parece que o campo de estudos de trabalho e gênero se torna um pouco mais homogêneo. Como você percebe essas afinidades temáticas, teóricas e metodológicas?*

HH: Acho que é uma questão de gerações. A geração da Danièle Kergoat e a minha, por exemplo, que se preocupou muito com a questão do trabalho e do gênero, nos aposentamos e somos eméritas, então não temos mais o mesmo nível de institucionalidade. Atualmente, das jovens que estão iniciando a pesquisa na França, há muito poucas que estão na área de trabalho. Eu até citei na ABET, não me lembro exatamente em qual das mesas, a Fanny Gallot, que é uma jovem historiadora que acabou

⁷ Madeleine Guilbert, “Les Fonctions des femmes dans l’industrie”, La Haye, éditions Mouton, 1966

de escrever um livro sobre operárias industriais⁸. Ela deve ter por volta de 30 anos e acabou de ser contratada como professora em Paris 12, que é a Universidade de Créteil. Sua pesquisa é sobre a vida, o trabalho e as lutas de várias operárias industriais desde os anos 1970 até hoje. Mostra, por exemplo, em relação às operárias industriais têxteis que são demitidas hoje, pela crise econômica, como é que foi o começo da história destas mulheres operárias. Elas entraram como trabalhadoras estáveis, trabalharam a vida toda na mesma empresa, mas no fim elas estão desempregadas. É um estudo realmente sobre operárias industriais, sobre trabalho e gênero, porque ela se interroga sobretudo sobre o tipo de feminismo destas operárias, e sua participação nas lutas operárias, nas lutas feministas etc. Mas ela é uma exceção. Quer dizer, há muito poucas pesquisadoras que trabalham hoje com operárias. Mesmo entre as que trabalham com o cuidado e as cuidadoras, são poucas as que trabalham com trabalho e gênero simultaneamente. Uma excessão é a psicóloga Pascale Molinier. Dentro dos estudos sobre cuidado poucas trabalham com esta temática. Elas analisam a ética do *care*, as questões de cuidado, dentro de uma perspectiva bem filosófica, epistemológica sobre feminismo e *care* que pouco tem a ver com o trabalho. Então penso que o trabalho realmente não é tão central assim no caso da França hoje, embora haja algumas pessoas trabalhando nesta área. A nova geração se interessa mais, por exemplo, pela área da sexualidade. Ou então trabalham em uma área bem mais filosófica, sobre feminismo materialista, por exemplo. Há várias jovens que estão trabalhando sobre o feminismo materialista, ou materialismo feminista, como é o caso da Cornelia Möser que é uma jovem pesquisadora do nosso laboratório, uma alemã que trabalha sobre comparações entre feminismo americano, alemão e francês e sobre o movimento feminista destes três países. Ela acabou de redigir um artigo bastante importante sobre a questão do feminismo materialista e o que são os neomaterialismos

⁸ GALLOT, Fanny. En découdre. Comment les ouvrières ont révolutionné le travail et la société, Paris, éditions La Découverte, 2015.

na França⁹. E há outra jovem cientista política, que também citei no Colóquio Marx e Engels, Sophie Noyé¹⁰, que afirma que é possível conciliar o feminismo materialista e a perspectiva queer.

BC: *Eu não esperava este distanciamento da temática de trabalho na França...*

HH: Mas aqui vocês tem a impressão de que o trabalho e o gênero continuam muito presente nas pesquisas? Claro que, por exemplo, há pessoas que trabalham com a questão da migração internacional e que muito frequentemente recorrem à questão do trabalho, isto é, o trabalho das migrantes internacionais. Acho que é um campo de pesquisa na sociologia, o campo das migrações internacionais, no qual a questão do trabalho pode aparecer de maneira bastante recorrente. Até há pesquisadores que conseguem fugir [do gênero e do trabalho], mas não deveriam. Porque não há migrantes sem trabalho. Mesmo os migrantes políticos ou os exilados, os refugiados, têm que se confrontar com a questão do trabalho. Ninguém consegue ficar no país como refugiado, como exilado sem recursos. Você [Mariana Roncato] trabalha com a questão da migração internacional, então a questão do trabalho é central. E na França, também. Quem trabalha com *care*, e as cuidadoras na França, sobretudo na região parisiense são mais de 90% imigrantes do Norte da África, África Subsaariana, ou do

⁹ Trata-se do artigo “Nouveau matérialisme. Un nouveau courant féministe ? redigido para uma coletânea coordenada pelo pesquisador Maxime Cervulle (no prelo), . apresentado por Cornelia Moser no seminário “Matérialismes, culture et communication” , em novembro de 2015.

¹⁰ Trata-se do artigo “Pour un féminisme matérialiste et queer”, publicado na Revista Contretemps em 17/04/2014 e disponível em: <http://www.contretemps.eu/interventions/f%C3%A9minisme-mat%C3%A9rialiste-queer>. Teríamos uma tradução deste artigo para este dossiê, mas não obtivemos autorização da Revista a tempo.

Haiti. Então, a questão do trabalho, para quem estuda o cuidado, também é central...

BC: *Mais uma pergunta sobre Brasil. Estamos vivendo um contexto de crise econômica e de crescimento nas taxas de desemprego. E tendemos a acompanhar a mulher como um elemento de flexibilidade dentro do mercado de trabalho. Parece que sempre estamos correndo um pouco atrás de tentar ver onde as mulheres estão, seja quando começam a entrar massivamente no mercado de trabalho, seja na reestruturação produtiva, seja na formalização etc. A partir da sua experiência de observação, qual seria a agenda de pesquisa para acompanhar o momento atual? O que seria interessante para jovens pesquisadores?*

HH: Todas as vezes em que houve crise econômica no Brasil tentou se fazer pesquisas incorporando a questão do gênero constatando a diferença das taxas de desemprego masculino e feminino. Quem é mais afetado pelo desemprego? Mais os homens ou mais as mulheres? Cada vez que houve um aumento da crise econômica, a questão do gênero ajudou a pensar tanto o desemprego como as formas de saída do desemprego. Fizemos uma pesquisa entre 2000-2005¹¹ e publicamos em varias línguas, inclusive em português. Também fiz uma pesquisa com John Humphrey, em 1981¹², em um momento de grande crise econômica porque houve muitas demissões, muito desemprego. Uma agenda para as novas gerações é a de tentar pensar a questão do desemprego, da crise hoje, porque desde o início do ano [2015]

¹¹ A pesquisa em questão se desdobrou em diversos textos, entres os quais: “Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações / Nadya Araujo Guimarães, Helena Hirata (Orgs.), São Paulo, SP : Editora SENAC, 2006.

¹² A pesquisa em questão se desdobrou em diversos artigos, entre os quais “O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira”, publicado em 1984 na Revista de Economia Política, e “Desemprego e suas consequências: trabalhadores e trabalhadoras da indústria no Brasil”, publicado em 1989, na Revista Brasileira de Ciências Sociais.

nós estamos vivendo um aprofundamento da crise econômica e do desemprego. Saiu recentemente um número dos Estudos Avançados¹³ sobre o desemprego, a partir dos dados do DIEESE¹⁴. O número foi coordenado pelo Marcio Pochmann e, um dos dados dos artigos, é que na região metropolitana de São Paulo, entre janeiro e outubro deste ano [2015], o desemprego passou de 7% pra 13 %. São os dados da PED¹⁵, dados do SEADE¹⁶ e do DIEESE que mostram que houve, em muito pouco tempo, um aumento vertiginoso dos desempregados. Mas, não sei se são mais homens ou mais mulheres, não sei se são mais jovens ou se são mais velhos, se são imigrantes internos ou externos etc. Quer dizer, há toda uma série de interrogações. Seria muito interessante que pesquisas fossem conduzidas para explorar como é que a crise atual está impactando as mulheres e os homens, os jovens e as jovens, as diferentes classes sociais em São Paulo, na Região metropolitana, no Brasil etc. É um campo interessante de pesquisa para realmente apreender as vulnerabilidades, as precariedades, como é que as pessoas resistem e como procuram alternativas, se há alternativas unicamente individuais, ou se há também alternativas coletivas e que tipo de alternativas coletivas se organiza a partir desta crise? Nós temos resultados de pesquisa já consolidadas desde a crise dos anos de 1970, a partir de 1973 da Europa, EUA etc., que apontam que as mulheres não fazem parte de um exército industrial de reserva. Existe a tese de que quando há a necessidade do mercado de trabalho, as mulheres, como outras categorias do exército industrial de reserva, saem dele. Mas, no momento de retração, de crise, elas regressam para o exército industrial de

¹³ Edição número 85 da revista Estudos Avançados, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420150003&lng=pt&nrm=iso

¹⁴ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (<http://www.dieese.org.br/>)

¹⁵ Pesquisa de Emprego e Desemprego. (<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>)

¹⁶ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. (www.seade.gov.br).

reserva. E as pesquisas, desde os anos de 1970, inclusive a nossa, mostraram que as mulheres não voltam para a “reserva” quando há a crise. Elas se mantêm e até mesmo conseguem aumentar a sua participação, a sua atividade no mercado em momentos de crise. Creio que quem deu a melhor explicação teórica sobre esta questão foi Ruth Milkman, socióloga que trabalha sobre o movimento operário, os movimentos dos imigrantes latinos nos Estados Unidos, o movimento “Occupy”, etc. Ruth Milkman dizia que a divisão sexual do trabalho protege o trabalho feminino porque as mulheres estão em setores que os homens ou dizem que não conseguem trabalhar com aquelas coisas, ou não trabalham suficientemente rápido, que os próprios patrões não querem mão de obra masculina em certos tipos de trabalhos repetitivos, monótonos, de ciclos de operações curtas etc. Então o fato de que as mulheres estão nestes setores faz com que a divisão sexual do trabalho acabe protegendo o emprego feminino, porque os homens não entram em certos tipos de trabalho. Mas é uma explicação que também tem limites. No Japão, a crise econômica foi muito forte desde 2008. E os homens foram mandados embora de setores onde estavam há 20, 30 anos, como os bancos, as companhias de seguros, empresas industriais etc. Quando essas empresas fecharam, o governo japonês deu a possibilidade para os homens japoneses fazerem um curso intensivo de cuidadores, com a possibilidade de terem um emprego no setor de cuidado, em instituições de longa permanência de idosos, quando terminassem os seus estudos. E muitos homens começaram a entrar neste setor. Hoje em dia os asilos de idosos têm entre 30% a 35% de homens trabalhando como *care worker*, como cuidadores. Isso significa que a divisão sexual do trabalho pode proteger, mas essa proteção tem limites. Os japoneses são bem machistas, como sabemos.. Então, claro que não é por gosto que vão começar a fazer o trabalho que as mulheres fazem, que é de dar banho, de dar a comida na boca, colocar a pessoa para dormir, trocar de roupa etc. Mas esses são trabalhos que os homens estão fazendo no Japão por causa da crise econômica. Então, pensar como é que a crise afeta diferentes tipos de profissões femininas e masculinas seria uma boa pista de investigação. Quer dizer, seria

uma boa pista para você pensar que tipo de consequências a crise pode ter sobre o emprego masculino e o emprego feminino, e como elas vivem esta situação. A questão da vivência do desemprego, a vivência da crise econômica etc. Isso é bastante importante porque sabemos que a falta de emprego afeta diferentemente os homens e as mulheres, porque para os homens o trabalho profissional é mais ou menos tudo e as mulheres têm ainda muitas outras coisas para fazer quando estão desempregadas. Então homens e mulheres não têm a mesma relação com a falta de emprego.

MR: *Aproveitando a análise do Japão, gostaríamos de saber um pouco sobre como é que você caracteriza, de modo geral, a divisão sexual do trabalho no Japão hoje. Em seu estudo com o Philippe Zarifian, da década de 1980 e 1990, vocês afirmavam que mesmo com o crescimento da mulher no mercado de trabalho, no caso do Japão, ainda havia um limite no tipo de emprego de que elas dispunham. Hoje em dia, com uma maior inserção da mulher japonesa, podemos dizer que esse limite ainda permanece?*

HH: A mulher japonesa ainda continua em pequenos nichos de trabalho feminino, nos quais se concentram muitas mulheres que fazem trabalhos que são considerados tipicamente trabalhos de mulher. Por exemplo, as enfermeiras. Há muito poucos enfermeiros e há mais enfermeiras. Há uma série de postos de trabalho, como os setores de saúde e educação, que são setores tipicamente femininos. Mas há um nicho minoritário composto por mulheres que são consideradas muito qualificadas por terem educação, diploma de ensino superior. Elas estão em profissões que são relativamente reconhecidas, valorizadas, e com salários relativamente elevados. É o caso das publicitárias, das artistas, produtoras de televisão etc. Mas é um polo bastante reduzido. Trata-se do que denominamos a polarização do emprego feminino. Há toda uma série de setores, de atividades e profissões em que as mulheres estão presentes. Também no Japão existe um pouco

esta polarização do emprego feminino. Só que, é muito menor o número de mulheres japonesas no polo superior, se comparado ao que existe na França, na Europa, no EUA ou no Brasil. Você não tem, praticamente, o que também é verdade em todos os outros países, diretoria de primeira linha. Há muito poucas mulheres que estão nestes setores mais privilegiados. A maioria delas, inclusive em setores mais qualificados de enfermagem, precisam sair do trabalho quando têm filhos pequenos porque a norma social em vigor no Japão estipula que as mulheres não devem trabalhar quando têm filhos pequenos porque devem cuidar deles. Além dessa norma social, não há creches e lugares para o cuidado das crianças em número suficiente, barato, etc. Não existe *baby-sitter*, quer dizer, é uma situação bem diferente da dos países ocidentais. E também no Japão há uma grande porcentagem de mulheres que são *part-timers* e ganham muito mal porque são horistas. É muito diferente da situação brasileira. No Brasil, você não vai ver mulheres de nível universitário que quando casam e têm filho, deixam de trabalhar. Porque é justamente a categoria que mais se mantém no mercado de trabalho. É a categoria mais qualificada que tem empregos de tipo mais qualificados. Nem na França, nem no Brasil, nem na Europa ou EUA em geral, as mulheres param de trabalhar. Elas podem continuar trabalhando porque há pessoas que cuidam de seus filhos. É justamente por isso que existe esta polarização. A possibilidade de algumas trabalharem depende das outras cuidarem da casa, dos filhos, dos idosos, da gestão do cotidiano, fazer compras. E aqui, mesmo em supermercados para a elite, você vê muitas vezes, fazendo compras, mulheres que são domésticas de uniforme, que têm uma lista de compras e que vão fazer compras que evidentemente não são para elas. Então isso mostra que existe uma delegação – eu chamei de modelo de delegação. Não é o modelo da conciliação, não é o modelo tradicional, mas é o modelo de delegação de certas tarefas para outras mulheres, para você poder continuar trabalhando, poder continuar a ter uma atividade profissional que te interessa. Depende completamente das outras e estas outras são cuidadoras, *baby-sitters*, empregadas

domésticas, faxineiras, cozinheiras. Existe um séquito, um grande número de profissões novas, domésticas, que são profissões que têm a finalidade de ajudar aquelas pessoas da casa que têm uma profissão mais qualificada e de mais responsabilidades para que possam viajar, possam ficar mais tarde nas reuniões etc., sabendo que os velhinhos vão estar sempre sendo cuidados, assim como as crianças. E é o que a Danièle [Kergoat] chama de diferenças, de contradições de classe no interior da própria categoria das mulheres. No interior do grupo das mulheres há dois grupos com interesses antagônicos e, ao mesmo tempo, um precisando do outro para poder sobreviver, trabalhar, ter atividades fora de casa, etc. A delegação funciona em certos países e não funciona em outros. No caso do Japão, não há delegação. Uma das enfermeiras que eu entrevistei tinha um emprego qualificado. Ela era chefe do setor de enfermagem de um hospital japonês. Ela começava a trabalhar muito cedo e ficava até o último problema resolvido. Isto era 22h, 23h da noite. Quando teve um bebê, o marido disse: “Olha, não é possível, eu estou todos os dias ficando com o bebê até às 22h da noite desde que eu volto do meu trabalho – [ele era chofer de ônibus, então tinha um horário de trabalho regular], chego, fico cuidando até às 22h, aí você chega. Não, isso não é vida. Então, não é possível”. Aí ela teve que se demitir do hospital, onde ela tinha uma responsabilidade grande, salário elevado, e ficou dependendo do marido até para comprar esmalte de unha porque ela não tinha mais emprego e ficou cuidando do filho. E quando ela for procurar trabalho, depois de se demitir de um trabalho qualificado deste porte, nunca mais vai ter um emprego equivalente.. Ela só vai ter um trabalho de *part-time*, que é considerado de tempo parcial, mas no qual você tem praticamente as mesmas horas de trabalho regulamentares de um trabalhador *full time*. A única diferença é no status, muito mais precário do que o emprego estatutário regular.

MR: *Voltando no que conversamos no começo da entrevista, sobre a interseccionalidade ou consubstancialidade, você frequentemente*

menciona o texto da Elsa Dorlin¹⁷, que fala que a interseccionalidade virou um hit concept. Você considera que há algum pano de fundo político ou econômico para o aumento do interesse nos estudos da interseccionalidade ou consubstancialidade?

HH: Olha, não sei de onde vem, mas *hit concept* lembra muito moda, não é? Dá impressão realmente de que é um fenômeno de moda. Mas na França continua muito grande o interesse e o desenvolvimento de novas teorias, novas pesquisas, dentro deste enfoque, que ninguém chama de consubstancialidade – só a Danièle Kergoat utiliza a categoria de consubstancialidade. As outras/os pesquisadoras/es estão estudando a questão em termos de interseccionalidade. Mas, dependendo da definição de interseccionalidade, pode ser similar ao que Danièle Kergoat chama de consubstancialidade. Quando Patricia Hill Collins diz que há uma relação, uma imbricação entre relações sociais de classe, de sexo e de raça, não é diferente do que Dainèle Kergoat denomina consubstancialidade. Então depende muito da maneira como você vai definir o que é a interseccionalidade. Mas estes estudos têm sido bastante desenvolvidos no caso da França e também em vários outros países da Europa, nos EUA e provavelmente, sim, pode-se dizer que possui uma dimensão política. Não é só um fenômeno de moda, mas também essa ideia de incorporar justamente a dimensão de outras opressões, como a opressão de raça, a opressão de sexo ou das minorias oprimidas. A sexualidade, por exemplo. Muitas pesquisadoras/es não querem ampliar o conceito de interseccionalidade para outras dimensões, mas incorporam gênero e sexualidade, sendo que não há gênero sem sexualidade e que a sexualidade deve ser contemplada dentro das categorias de interseccionalidade. Todas estas dimensões refletem relações de opressão. Então a questão política de combater

¹⁷ DORLIN, Elsa. L'Atlantique féministe. L'intersectionnalité en débat, *Papeles del CEIC* no 83, 2012. Disponível em : <http://www.identidadcolectiva.es/pdf/83.pdf>

essas opressões certamente está dentro da categoria analítica da interseccionalidade. Tanto que você vê, nos estudos da Sophie Noyé, destas novas neomaterialistas, que são as materialistas feministas, jovens, a relação que estabelecem entre o materialismo feminista e a questão de interseccionalidade. A interseccionalidade aparece como uma dimensão teórica interessante que deve ser abordada, deve ser integrada nas análises destas jovens pesquisadoras. Então dá para dizer sim que não é só uma questão de moda, mas também uma questão política, uma questão de atualidade política, e também uma questão de atualidade científica.

BC: *Gostaríamos de aproveitar o tema da interseccionalidade e retomar sua participação no Colóquio Marx Engels e na ABET em que houve certa disputa em torno desta ideia. E, ao que nos pareceu, foram dois lugares de disputa. Um, que era a de retomar a hierarquização, a contradição principal, de classe, e as contradições secundárias. E outra, mais matizada, que reivindicava que haveria momentos na história em que, para a formação de uma identidade de luta, algumas destas categorias se colocariam se não como mais importantes do que as outras, ao menos como formadoras de uma identidade coletiva de resistência (ao machismo, ao racismo, à opressão de classe etc). Gostaríamos de aproveitar este espaço para que você retomasse o seu posicionamento frente a essas duas visões.*

HH: Acho que foi interessante o debate porque ele se deu em dois momentos distintos, como você disse. Que foi de maneira muito mais radical, digamos, no Colóquio Marx e Engels porque estavam o Valério [Arcary] e o Armando Boito Jr., então havia toda a configuração de diferentes posições mais ou menos radicais. O debate também se beneficiou do fato de que o Boito e Valério tinham participado daquela mesa redonda¹⁸ no dia anterior que

¹⁸ Trata-se da mesa redonda realizada no VIII Colóquio Marx e Engels denominada *A conjuntura política brasileira: crise? qual crise?* que contou com a participação de Armando Boito Jr., Valter Pomar e Valério Arcary.

uma boa parte da plateia tinha assistido, inclusive eu. Então deu para discutir no calor do debate. E na mesa sobre o *care* da ABET o debate foi um pouco menos radical e menos conflituoso porque havia menos gente e as pessoas que falaram, como a Andreia [Galvão], são pessoas que tem uma posição mais matizada. Então não assistimos à virulência da posição do Valério, que era uma posição bem tradicional mesmo. E estamos desde os anos de 1970, desde o fim dos anos de 1970, dizendo que não há realmente uma relação social que é mais importante do que outra, que não dá para dizer que as relações de classe são mais importantes ou mais decisivas do que as relações de gênero ou que as relações de raça. E que essas relações são indissociáveis e que não dá para dizer que uma é mais importante do que a outra – que é algo que o Valério Arcary dizia. O Armando [Boito Jr.] teve um posicionamento um pouco diferente porque ele não dizia de uma maneira tão radical, que havia sempre uma, porque ele até dizia que, dependendo, poderia ser uma ou outra ou até uma terceira, dependendo muito da conjuntura, dos conflitos etc. Mas creio que há um posicionamento dele, sim, de entender que em última instância se privilegia a questão das classes sociais, do conflito de classes, onde a questão do gênero não aparece de maneira tão imbricada como nas teorias da Danièle [Kergoat], da Patricia Hill Collins ou da Kimberlé Crenshaw. Então são posicionamentos diferentes e posicionamentos políticos também diferentes. Eu achei engraçado porque eu fiz uma conferência aqui [na USP], na Sociologia, e foi interessante porque não havia nenhuma oposição deste tipo, uma oposição hierarquizando a classe social como sobre-determinante. Quer dizer, não havia outras vozes discordantes em relação à interseccionalidade, em relação à questão da relação das múltiplas opressões e da não priorização de uma delas. E também o debate de se os conceitos marxistas tradicionais, como o do exército industrial de reserva, deveriam ser mantidos ou não. Muitos ainda hoje não concordam com a minha crítica da categoria marxista do exército industrial de reserva. Mas estas pessoas, por exemplo, o [Ricardo] Musse, e o [Ruy] Braga não estavam. Acho que não estavam em São Paulo. Então isso mudou um pouco o caráter do

debate. O debate foi muito menos virulento e conflituoso do que no Colóquio Marx e Engels ou no Congresso da ABET.

MR: *Partindo de seu posicionamento para pensar a interseccionalidade e a consubstancialidade, sobre a importância em não se hierarquizar a luta de classes com a luta contra outras opressões, como você vê a diferença entre essas três relações sociais de classe, raça e sexo? Você considera que estas três relações se constituiriam como sistemas autônomos?*

HH: Não. Eu acho que não são sistemas autônomos e não vejo nenhuma diferença em termos de importância. As três relações sociais são igualmente importantes e igualmente co-fundamentais. Mas creio que do ponto de vista da história destas categorias, da história das disciplinas, da história das ciências sociais etc., há uma diferença muito importante. É que sobre classes sociais há uma vasta literatura, há muitas teorias sociológicas, nas ciências sociais, na filosofia política etc., que se debruçaram sobre a questão das classes sociais. Existe um grande cabedal de conceitos e de conhecimentos que fica realmente desnivelado e desigual se você compara o nível de conhecimentos e teorias existentes sobre classes sociais com a questão da raça ou com a questão do gênero. Porque começou a se trabalhar com o gênero nos anos de 1970, 1980. Pelo menos o gênero tal como nós estamos considerando. Enquanto que classes sociais você tem uma sequência de construções teóricas que vem desde Marx até hoje. É claro que isso deve influir na discussão que se faz em torno de interseccionalidade. Sabemos que há um nível de conhecimento, de fundamentação, de acumulação de conhecimentos, de teorias sobre uma das dimensões da interseccionalidade, em relação às outras duas. E outra diferença que eu vejo também é que gênero realmente remete à sexualidade. Você não pode falar só de homem e mulher. Você tem gays, lésbicas, transexuais, várias orientações sexuais, e estas orientações sexuais certamente incidem na categoria

de gênero. Não trabalhamos ainda suficientemente e temos que trabalhar sobre transexuais, lésbicas, homossexuais, e só falar em gênero não é suficiente. Dizer que gênero significa homem e mulher não é suficiente. É preciso elaborar mais e, provavelmente, aprofundar as questões teóricas relacionadas à sexualidade para pensar esta intersecção entre as diferentes opressões. Sobre raça, podemos dizer a mesma coisa. Temos que desenvolver, estudar e aprofundar a questão racial que é relacionada também com a questão colonial, pós-colonial etc. Há uma dimensão política. Todas as três categorias envolvem dimensões políticas. Mas, no caso do pós-colonial, há uma dimensão política evidente que é relacionada com toda a evolução histórica da sociedade, do império etc. A interseccionalidade é uma categoria que convida, na realidade, a aprofundar mais os conceitos que são envolvidos nela. E nenhuma delas, salvo classes sociais, está definida e desenvolvida de maneira já suficiente. Acho também que, por exemplo, não é a classe de um lado, gênero de outro e a raça de outro, mas é justamente a junção entre elas. Estou lendo a tradução francesa do livro da Beverly Skegg¹⁹, por exemplo, que tem classe e gênero no título e é sobre as mulheres de classes populares na Inglaterra e a maneira como elas, tendo trabalhos precários ou sendo desempregadas, vão fazer uma formação para serem cuidadoras. Então é uma questão que relaciona formação e classes sociais. E mostra como elas, que são de classes bem populares, da nova classe proletária, digamos, veem a relação entre gênero e classe, feminismo etc. Então é interessante porque justamente é um livro sobre trabalho e gênero na Inglaterra recente.

BC: *Estávamos pensando também na questão do desenvolvimento destes conceitos, de como alguns continuam invisibilizados nas pesquisas teórica e empírica. A pesquisa sobre o cuidado [Care] é muito interessante*

¹⁹ SKEGG, Beverley: *Formations of Class and Gender: Becoming Respectable*. London: Sage Publications, 1997.

porque é um lugar que ilumina esta questão, do imbricamento destas três categorias.

HH: Sobretudo em países como a França onde são mulheres, proletárias e negras na maioria.

BC: *Isso. O cuidado dialoga com este contexto de intensa imigração feminina, que é relativamente recente na França. Claro que existem inúmeras respostas para esta pergunta, mas queríamos te ouvir sobre isso. Por que raça ainda persiste como um tema invisibilizado dentro deste imbricamento? Muitas vezes se fala que se vai examinar estas três categorias, mas quando a gente olha para as pesquisas elas continuam iluminando classe e gênero. E a questão da raça aparece um pouco de escanteio ainda dentro desta discussão. O que a gente queria entender é se você percebe uma diferença na maneira como a categoria raça ganha força e como ela é trabalhada no contexto francês e no contexto brasileiro.*

HH: No Brasil se trabalha com a categoria de raça há muito mais tempo do que na França. Inclusive, com raça e gênero. Lélia Gonzalez, por exemplo, é uma pioneira nessa temática. Na época em que a Lélia Gonzalez escreveu sobre gênero, classe e raça, não havia praticamente ninguém na França que trabalhasse com essa questão, com a excessão de Colette Guillaumin²⁰. Angela Davis nos EUA escreveu sobre mulher, raça e classe, mas o livro dela é de 1981²¹ A Lélia [Gonzalez] escreveu antes de 1982²². Eu acho

²⁰ GUILLAUMIN. Colette. *L'idéologie raciste*, Paris, Gallimard, 1972.

_____. *Sexe race et pratique du pouvoir*. L'idée de nature, 2007 (1ère éd. 1992), Paris, Côté Femmes.

²¹ *Woman, race and class*, New York, NY: Vintage, 1981.

²² Trata-se da obra: "A mulher negra na sociedade brasileira." In: LUZ, Madel, T., org. *O lugar da mulher; estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

que, no Brasil, a própria presença maciça de negros e pardos na população brasileira visibilizou, de maneira um pouco inevitável, a questão da raça, muito mais do que nos países como a França. Porque na França sempre se considerou que falar em raça já era ser racista, então o governo francês sempre proibiu, por exemplo, nas estatísticas, nos questionários estatísticos, pedir para colocar raça, para se autodeclarar ou para o pesquisador anotar o que ele percebia. Então só podemos ter alguma informação sobre raça nas estatísticas francesas verificando a nacionalidade dos pais. É a única maneira de saber se a pessoa é de origem imigrante ou não. Então, nessa situação de ocultamento social da raça, no caso francês, a situação é bastante diferente da situação brasileira. Porque no Brasil você tem uma produção que é contínua. Há todas as questões de atualidade no Brasil, como a quilombola, que não significa nada num país como a França, porque na França você teve colônias com escravos, mas você não teve, dentro do próprio país, escravos trabalhando no interior da região metropolitana, como a gente diz. Então a situação é bem diferente do Brasil, onde havia trabalho escravo nas fazendas do Nordeste, nas minas de ouro de Minas Gerais etc. E também o fato de que, por exemplo, nós temos empregadas domésticas. E sete milhões segundo o Censo demográfico de 2010. Um pouco menos segundo as PNADs²³ mais recentes, mas sete milhões é muita coisa. E destes sete milhões, 70% são de origem negra ou parda. Então está muito presente dentro da população brasileira, dentro dos trabalhadores domésticos brasileiros a questão da raça, do racismo, da relação com a raça etc. Algo que não existe na França porque lá você não tem empregada doméstica como no Brasil. Até ha um certo número, mas não são empregadas domésticas como as que voltam uma vez por semana para suas casas. Mais diaristas, mas que trabalham muito menos do que as diaristas daqui, que trabalham duas, três vezes por semana na mesma casa. Então acho que há uma diferença bastante grande, sim, entre a França e o Brasil em termos de consideração da

²³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

questão racial. Também há mais pesquisadores que trabalham com a questão da raça no Brasil do que na França e na França há, claro, ícones como Frantz Fanon, que influenciaram muito a percepção do que era o racismo e a raça, mas não há um número importante de pesquisadores nessa área. Mas justamente a emergência das teorias da interseccionalidade está levantando esta necessidade de se debruçar mais sobre a questão da raça, do racismo, da questão racial na França, na Europa etc. Vocês devem conhecer o trabalho da Jules Falquet. Para a Jules Falquet é bem claro que é necessário introduzir esta questão de raça para pensar a interseccionalidade. Ela é uma das pesquisadoras que, de um lado, trabalha com interseccionalidade e consubstancialidade e com a questão da raça, e de outro lado com a questão do materialismo feminista. Só a questão do trabalho, da profissão, do tipo de ofício das mulheres etc., que são temas da sociologia do trabalho, não são centrais no pensamento dela.

MR: *Helena, você já comentou um pouco, mas gostaríamos de tentar pensar interseccionalidade e consubstancialidade para além de um instrumento analítico. Como você vê, nos movimentos sociais e na luta política, a incorporação, dessas categorias? Quais seriam os desafios para as lutas e os movimentos sociais para incorporá-las?*

HH: Os movimentos sociais são sempre constituídos sobre uma identidade, sobre um aspecto identitário. Então você tem o movimento negro, o movimento das mulheres, o movimento operário. É mais difícil conceber um movimento que seja pluri-categorial, integrando movimentos sociais concretos, pois creio que os movimentos sociais normalmente são constituídos a partir de uma identidade, uma identidade social.

Pensar como fazer da interseccionalidade um instrumento analítico e ao mesmo tempo político, é um verdadeiro desafio, que pesquisadoras como Kimberlé Crenshaw ou Danièle Kergoat, enfrentaram e responderam, cada qual à sua maneira.

